

RPPN

Reserva Particular do Patrimônio Natural

A HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO EM TERRAS PARTICULARES NO MATO GROSSO DO SUL



Equipe de produção

Daniela Venturato Giori Ayres
Julia Boock
Júlio César Sampaio
Laercio Machado de Sousa
Thaís Alves

Organização de textos

Daniela Venturato Giori Ayres

Colaboradores técnicos (edição e revisão de textos)

Thaís Alves
Julia Boock
Laercio Machado de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Beatriz Boock

Tradução

Janaina Ribeiro

Mapas

Fábio Ayres

Fotografia Capa e Contra Capa

Mauricio Copetti

RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) - A HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO EM TERRAS PARTICULARES NO MATO GROSSO DO SUL.
Campo Grande - MS, 2016: REPAMS e WWF-Brasil
33p. : il. Color.: 21x24 cm.
Tipo de suporte: INTERNET

Bibliografia

1. RPPN; 2. Pantanal; 3. Unidade de Conservação; 4. Mato Grosso do Sul; 5. Cerrado.

the \mathbb{R}^n is a \mathbb{R}^n -valued function on \mathbb{R}^n . The function f is said to be *linear* if it satisfies the following conditions:

(1) $f(x + y) = f(x) + f(y)$ for all $x, y \in \mathbb{R}^n$.

(2) $f(ax) = af(x)$ for all $x \in \mathbb{R}^n$ and $a \in \mathbb{R}$.

It is easy to see that the zero function $f(x) = 0$ is linear. The identity function $f(x) = x$ is also linear.

Let f be a linear function. Then f is a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n .

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Let f be a linear transformation of \mathbb{R}^n into \mathbb{R}^n . Then f is a linear function.

Sumário

Apresentação	4
Introdução: Quem conserva o meio ambiente merece apoio!.....	5
A biodiversidade sul mato-grossense.....	6
As RPPN no Pantanal.....	6
As RPPN no Cerrado.....	7
Áreas protegidas: estratégia de manutenção da biodiversidade.....	7
Unidades de Conservação: instrumento de interação social e ambiental.....	8
Uso indireto ou de proteção integral	8
Uso sustentável	9
Reserva Particular do Patrimônio Natural: as RPPN - Ato de amor à natureza	10
RPPN reconhecidas em Mato Grosso do Sul	11
A conservação em terras particulares no Brasil.....	13
A conservação]em terras particulares no Mato Grosso do Sul.....	14
Passo a passo para criação de uma RPPN no MS.....	14
Casos que inspiram e motivam a conservação e o ecoturismo.....	16
RPPN Buraco das Araras.....	17
RPPN Dona Aracy.....	18
RPPN Estância Mimosa.....	19
RPPN Fazenda Cabeceira do Prata.....	20
RPPN Estância Ambiental Quinta do Sol.....	21
Incentivos e a motivações para o setor de RPPN	22
a) Benefícios para o proprietário.....	23
b) Benefícios para o meio ambiente.....	23
c) Benefícios para a sociedade.....	23
Iniciativa de Sucesso: Associação de Proprietários de RPPN em Mato Grosso do Sul – REPAMS.....	24
Missão.....	24
Objetivos	24
Atividades em favor das RPPN.....	25
Iniciativa de Sucesso – REPAMS.....	25
Programa de relacionamento com os proprietários de RPPN.....	26
Projetos: “Programa de incentivo às RPPN do Pantanal” (2005/2012) e “Programa de incentivo às RPPN da Mata Atlântica” (2009/2010).....	27
“Programa Cerrado Pantanal do WWF-Brasil” (2005/2015) – Apoio Institucional e Projeto FAPACE	28
Projeto “BRPPN: Gerando Serviços Ambientais” (2010/2012).....	29
Plano de comunicação institucional da REPAMS.....	29
Planejamento estratégico e plano de sustentabilidade da REPAMS.....	30
Conclusão: o passado, os resultados multiplicados e os desafios para o futuro.....	31
Referências Bibliográficas.....	32

Apresentação

Ao longo de 15 anos (2001 a 2016) a Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Mato Grosso do Sul - REPAMS e a Organização Não Governamental WWF-Brasil, buscam promover o engajamento de novos proprietários em prol da ampliação e em favor da conservação ambiental em Mato Grosso do Sul. Para consolidar essa importante parceria divulgam essa publicação com o intuito de apresentar as experiências em terras particulares sul-mato-grossenses.

A REPAMS e o WWF-Brasil apoiam as reservas particulares como forma de conservar importantes remanescentes florestais no Cerrado e no Pantanal. Faz parte das estratégias adotadas pelas organizações a articulação com os proprietários dessas áreas, dessas áreas com o objetivo de gerar mudança de consciência, quebrar paradigmas e estimular o respeito aos conhecimentos tradicionais.

As RPPN têm como principal objetivo a conservação da biodiversidade, sendo geralmente reconhecidas em função de sua importância para a proteção da fauna e flora. Ao criar esta categoria de Unidade de Conservação o proprietário da área continuará sendo seu único proprietário e poderá contar com mais apoio dos órgãos públicos, organizações não governamentais, sociedade civil e outros.

As organizações visualizam o apoio à criação e gestão de reservas particulares como iniciativa que trabalha de forma conjunta a produção sustentável e a preservação ambiental, integrando produção e conservação, na construção de uma agenda consciente e sustentável. Essa ação visa criar áreas protegidas em biomas como o Pantanal e Cerrado, de forma complementar a criação de áreas protegidas públicas, fortalecendo assim o sistema de unidades de conservação nessas regiões.

Em Mato Grosso do Sul, a REPAMS surgiu em 2003 e, desde então, busca se consolidar localmente estabelecendo parcerias institucionais e oferecendo apoio técnico aos proprietários de RPPN. Nos últimos anos, as organizações parceiras lutaram para conquistar, autonomia e a necessária sustentabilidade financeira para garantir a manutenção de suas atividades.

Em 2016, o WWF-Brasil, por meio do Programa Cerrado Pantanal, e a REPAMS celebram 15 anos de parceria e desejam compartilhar a experiência.



Introdução:

Quem conserva o meio ambiente merece apoio!

Os motivos que levam proprietários rurais a transformar parte de suas terras em Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN são desafiadores e inspiradores. Muitos acreditam no valor social e econômico de áreas naturais, na proteção de alguma espécie de planta ou animal em extinção ou, até mesmo, na perspectiva de atender a exigências de um mercado que, cada vez mais, valoriza a produção com responsabilidade socioambiental.

O histórico e a evolução da legislação para as RPPN tiveram início em 1977, quando alguns proprietários rurais solicitaram ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF que criassem a categoria de proteção denominada Refúgio Particular de Animais Nativos - REPAN, com objetivo de proteger suas propriedades da invasão de caçadores. Em 1988 essa categoria foi substituída pela Reserva Particular de Fauna e Flora.

O termo Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN apareceu somente em 1990, por meio da Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Foi o início do reconhecimento social diante da vontade de proprietários rurais em protegerem suas terras com a finalidade de preservação da natureza, possibilitando assim que muitos deles se engajassem no esforço da conservação com o seu próprio patrimônio, uma vez que a RPPN fica gravada com perpetuidade na matrícula do imóvel, sendo um instrumento de interesse da coletividade desta e das futuras gerações.

Em 26 anos de existência, desde que surgiram as RPPN no Brasil, muitos proprietários tornaram-se reconhecidos pela determinação, entusiasmo, persistência e dedicação. O movimento de conservação em terra particular ganhou incentivos, apoio e simpatizantes. Hoje o resultado é a existência de mais de 1.000 RPPN em todos os biomas brasileiros.



A biodiversidade sul mato-grossense

O estado de Mato Grosso do Sul é privilegiado pela sua biodiversidade, com influência do Chaco, Floresta Amazônica, Floresta Meridional, Mata Atlântica, Cerrado e das Florestas Semidecíduas. Seu território é dividido em duas bacias hidrográficas, a do Rio Paraguai (BAP) a oeste e Rio Paraná (BRP) a leste. (ZEE, 2009).

Mas, em sua maior parte territorial predominam os biomas Pantanal e Cerrado. E ainda há elementos do bioma Mata Atlântica, caracterizadas como remanescentes florestais, localizados no sul do estado e no planalto da Serra da Bodoquena.

As RPPN no Pantanal

Considerado Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988 e como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2000, o Pantanal é a maior área úmida continental do planeta, classificada como uma grande região natural, ou seja, uma área que mantém intacta mais de 70% de sua vegetação original e que abriga grande riqueza em espécies e serviços ecológicos.

Como grande parte do Pantanal encontra-se em mãos privadas, as ações dos proprietários possuem um enorme potencial de conservação. Toda propriedade privada ou pública, urbana ou rural, tem uma função direta para seus proprietários: servir as suas necessidades. Mas elas também têm uma função indireta: atender ao bem-estar comum. Sendo assim, os proprietários rurais intitulados pantaneiros são potenciais agentes na conservação da biodiversidade e cultura regional.



As RPPN no Cerrado

Ocupando pouco mais de 2 milhões de km², o Cerrado é a segunda maior formação vegetal da América do Sul, perdendo em tamanho apenas para a Floresta Amazônica. Sua área corresponde a um quarto do território brasileiro. A maior parte de sua vegetação abrange onze estados e o Distrito Federal, mas fragmentos são encontrados nos estados de Roraima, Amapá, Amazonas e Pará, além de outros dois países, Bolívia e Paraguai.

O Cerrado caracteriza-se como uma formação do tipo savana tropical com destacada sazonalidade e presença, em diferentes proporções, de formações herbáceas, arbustivas e arbóreas. É fonte de culturas e paisagens de surpreendente exotismo e rara beleza com alto potencial turístico e econômico.

Áreas protegidas: estratégia de manutenção da biodiversidade

Atualmente, a preocupação com áreas protegidas é grande, uma vez que a atividade econômica produzida pelo aumento da demanda de consumo humano diante do uso dos recursos naturais é intensificada.

De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos (UICN, 1990). Em resumo, um instrumento legal para proteger a natureza com objetivo de assegurar a integridade dos processos biológicos de paisagens e espécies.



Unidades de Conservação: instrumento de interação social e ambiental

As matas brasileiras protegem sítios de grande beleza e abrigam fauna e flora diversificada em remanescentes que formam parques nacionais, estaduais e municipais dentre outras categorias de áreas protegidas. A criação das primeiras Unidades de Conservação - UCs, baseavam-se nos conceitos de preservação de belezas cênicas e espaços de recreação. No Brasil, a primeira unidade de conservação foi criada em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia localizado no estado do Rio de Janeiro.

Hoje milhares de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas da Biosfera, Sítio Ramsar, Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente que merecem ser preservados e conservados por meio de mecanismos legais para garantir a proteção da biodiversidade, manutenção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisa científica e manutenção de sistemas ecológicos e climáticos, o que representa um importante instrumento para a sobrevivência de muitas espécies, inclusive a humana.

Uso indireto ou de proteção integral

Estão totalmente restringidos a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais e as modificações ambientais excetuando-se as medidas de recuperação de ecossistemas alterados, do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos naturais. Em todas são permitidas pesquisas científicas, desde que autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração (IBAMA, 1996). As definições e os objetivos são apresentados no **Quadro 1**.

Categoria da Unidade de Conservação	Definição e Objetivos
Estação Ecológica	Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Toda Estação Ecológica é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas.
Reserva Biológica	Visa a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, buscando as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Parque Nacional (PARNA)	É uma espécie de unidade básica do SNUC. É o principal elemento dentro das áreas naturais protegidas brasileiras, pois foi por meio desse modelo que surgiram as demais categorias. Os Parques Nacionais representam um grande atrativo turístico para o país e são responsáveis pelo marketing do segmento de ecoturismo.
Monumento Natural	Busca preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
Refúgio de Vida Silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Quadro 1. Unidades de conservação de proteção integral (IBAMA, 1996).

Uso sustentável

Aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada. São de manejo sustentável onde as alterações devem limitar-se a um nível compatível com a sobrevivência permanente de comunidades animais e vegetais (IBAMA, 1996). As definições e os objetivos são apresentados no **Quadro 2**.

Categoria da Unidade de Conservação	Definição e Objetivos
Área de Proteção Ambiental (APA)	São constituídas por áreas públicas e/ou privadas, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes. As Áreas de Proteção Ambiental possuem um conselho consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações representativas da sociedade civil e da população residente no local, conforme o disposto em regulamento e no ato de criação da unidade. Nas áreas das APAs, sob domínio público, a visitação é estabelecida pelo poder público responsável, tendo por base o plano de gestão da área. As pesquisas científicas nessas áreas também dependem de prévia autorização do poder público responsável, estando sujeitas as normas por este estabelecidas.
Área de Relevante Interesse Ecológico	São áreas que abrindo características naturais extraordinárias ou exemplares raros da biota nacional, exigem cuidados especiais de proteção por parte do poder público. São preferencialmente criadas quando tiverem extensão inferior a 5.000 hectares e houver ali pequena ou nenhuma ocupação humana por ocasião do ato declaratório. Sua utilização é regulada por normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Floresta Nacional (FLONA)	É definida como uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. A floresta nacional é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.
Reserva Extrativista (RESEX)	São espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam. Existem duas modalidades: Amazônia e Marinhas.
Reserva de Fauna	Uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. A reserva de fauna é de posse e domínio públicos, a visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, sendo proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. A reserva de desenvolvimento sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	São áreas de conservação da natureza em propriedades privadas. A existência de uma RPPN é um ato de vontade, o proprietário é que decide se quer fazer de sua propriedade, ou de parte dela uma RPPN, sem que isso acarrete perda do direito de propriedade.

Quadro 2. Unidades de conservação de uso sustentável (IBAMA, 1996).

Reserva Particular de Patrimônio Natural:

as RPPN - Ato de amor à natureza

Em 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei n. 9.985), a Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, foi instituída como uma Unidade de Conservação particular, gravada com perpetuidade com o objetivo de compatibilizar a conservação dos recursos naturais.

A criação de uma RPPN independe do seu tamanho, garante ao dono da terra um mecanismo que protege a biodiversidade de parte de sua área, ao mesmo tempo em que agrega valor na comercialização do seu produto. Dentro das RPPN podem ser promovidas atividades de pesquisa científica, conservação, turismo e educação ambiental.

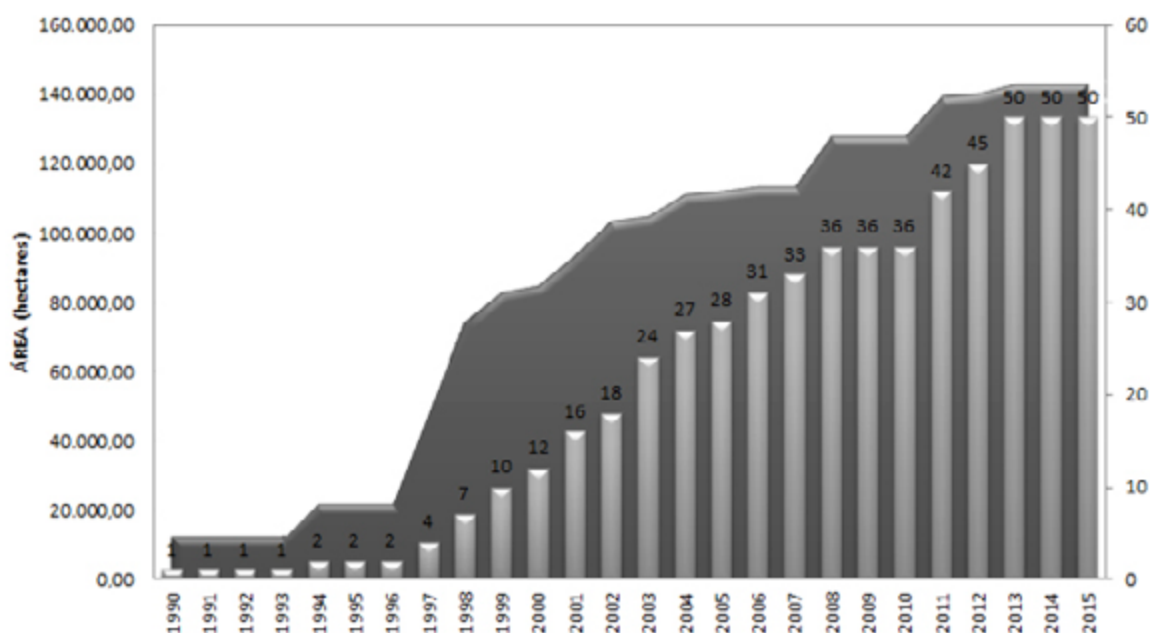
O modelo de conservação em terras particulares tem se mostrado eficaz na composição de zonas de amortecimento e corredores ecológicos, melhoram a qualidade ambiental das propriedades, ajudam a proteger a fauna, flora, recursos hídricos, prestam diversos serviços ecossistêmicos e aumentam a extensão de áreas de proteção legal.

Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado brasileiro com legislação específica para RPPN (Decreto Estadual N° 7.251/1993) sendo a primeira criada em 1990, a RPPN Lageado, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti.

Atualmente, em Mato Grosso do Sul existem 117 UCs (federais, estaduais e municipais), sendo elas: 40 APA (Área de Proteção Ambiental), 20 Parques, 51 RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e 06 Monumentos Naturais, (IMASUL, 2016).

Ainda existem outras duas categorias de Unidades de Conservação, o Rio Cênico e a Estrada Parque, que estão consideradas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul.

RPPN EM MATO GROSSO DO SUL

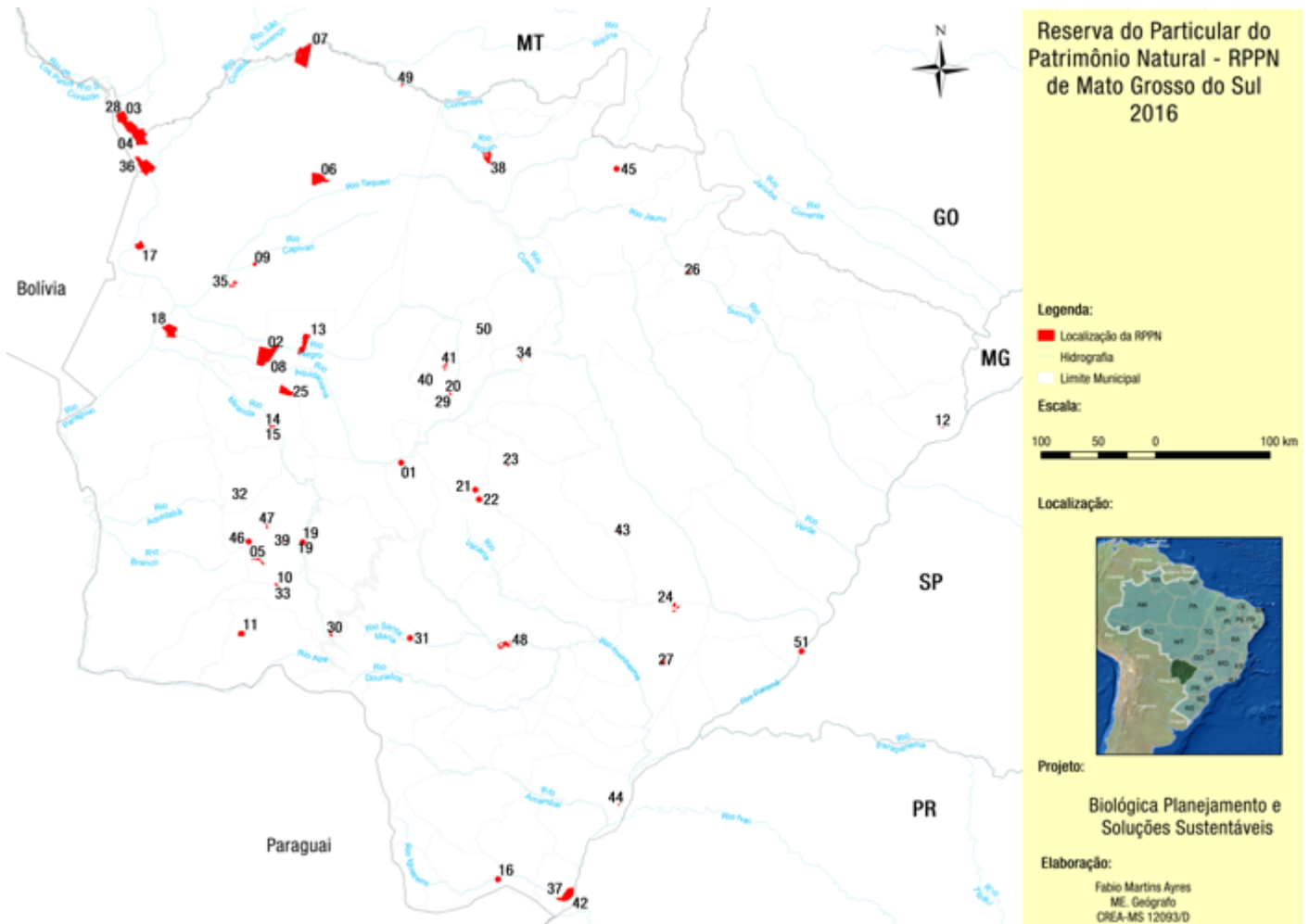


Evolução das RPPN criadas entre 1990 e 2015 em Mato Grosso do Sul, área em hectares e quantidade por ano de criação.

RPPN reconhecidas em Mato Grosso do Sul

Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com a localização das RPPN legalmente reconhecidas pelos órgãos ambientais (2015).

Os números existentes no mapa, refere-se a tabela na próxima página.



RPPN EXISTENTES NO MATO GROSSO DO SUL

Nº	RPPN	ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	BACIA NO MS	ÁREA RPPN (ha)	ESTADUAL/FEDERAL	BIOMA
1	Lageado	1990	Dois Irmão do Buriti	BAP	12.550,00	Federal	PANTANAL
2	Fazendinha	1994	Aquidauana	BAP	9.619,00	Federal	PANTANAL
3	Acurizal	1997	Corumbá	BAP	13.200,00	Federal	PANTANAL
4	Penha	1997	Corumbá	BAP	13.100,00	Federal	PANTANAL
5	Fazenda São Geraldo	1998	Bonito	BAP	642	Estadual	CERRADO
6	Fazenda Santa Cecília II	1998	Corumbá	BAP	8.729,00	Estadual	PANTANAL
7	Fazenda Poleiro Grande	1998	Corumbá	BAP	16.530,00	Estadual	PANTANAL
8	Pata da Onça (Faz. Santa Sophia)	1999	Aquidauana	BAP	7.387,00	Estadual	PANTANAL
9	Fazenda Nhumirim	1999	Corumbá	BAP	862,7	Estadual	PANTANAL
10	Fazenda Cabeceira do Prata	1999	Jardim	BAP	307,53	Estadual	CERRADO
11	Olhos Verdes (Faz. Margarida)	2000	Bela Vista	BAP	1.999,19	Federal	CERRADO
12	Reserva Sabia	2000	Aparecida do Taboado	PARANÁ	15,7	Estadual	MATA ATLÂNTICA
13	Fazenda Rio Negro	2001	Aquidauana	BAP	7.000,00	Estadual	PANTANAL
14	Neivo Pires I (Portal do Pantanal Sul I)	2001	Miranda	BAP	119	Estadual	PANTANAL
15	Neivo Pires II (Portal do Pantanal Sul II)	2001	Miranda	BAP	320,13	Estadual	PANTANAL
16	B'longalé (Fazenda Floresta Negra)	2001	Sete Quedas	PARANÁ	971,06	Federal	MATA ATLÂNTICA
17	Fazenda Arara Azul	2002	Corumbá	BAP	2.000,00	Federal	PANTANAL
18	Fazenda Paculândia	2002	Corumbá	BAP	8.232,00	Federal	PANTANAL
19	Fazenda da Barra	2003	Bonito	BAP	88	Estadual	CERRADO
20	Vale do Bugio	2003	Corguinho	BAP	81,75	Estadual	CERRADO
21	Laudelino Flores de Barcellos	2003	Terenos	BAP/PARANÁ	200	Estadual	CERRADO
22	Nova Querência	2003	Terenos	BAP/PARANÁ	50,02	Estadual	CERRADO
23	UFMS	2003	Campo Grande	PARANÁ	50,11	Estadual	CERRADO
24	Vale do Anhanduí (Faz.Douradinho)	2003	Nova Andradina	PARANÁ	979,43	Estadual	MATA ATLÂNTICA
25	Dona Aracy	2004	Miranda	BAP	5.603,20	Federal	PANTANAL
26	Ponte de Pedra	2004	Costa Rica	PARANÁ	169,92	Estadual	CERRADO
27	Cabeceira do Mimoso	2004	Nova Andradina	PARANÁ	475,05	Estadual	MATA ATLÂNTICA
28	Rumo ao Oeste	2005	Corumbá	BAP	990	Estadual	PANTANAL
29	Gavião de Penacho	2006	Corguinho	BAP	77,72	Estadual	CERRADO
30	Xodó do Vô Ruy	2006	Jardim	BAP	487,62	Estadual	CERRADO
31	Morro da Peroba (Fazenda Capão Bonito)	2006	Maracajú	PARANÁ	607,37	Federal	CERRADO
32	Cara da onça	2007	Bodoquena	BAP	11,69	Estadual	CERRADO
33	Buraco das Araras	2007	Jardim	BAP	29	Federal	CERRADO
34	Duas Pedras	2008	Bandeirantes	BAP	152,99	Estadual	CERRADO
35	Alegria	2008	Corumbá	BAP	1.128,78	Estadual	PANTANAL
36	Reserva Natural Eng. Eliezer Batista	2008	Corumbá	BAP	13.323,43	Federal	MATA ATLÂNTICA
37	São Pedro	2010	Eldorado	PARANÁ	3.688,19	Estadual	MATA ATLÂNTICA
38	Cachoeiras do São Bento	2011	Coxim	BAP	3.036,96	Estadual	CERRADO
39	Rancho do Tucano	2011	Bonito	BAP	29,85	Estadual	CERRADO
40	Quinta do Sol	2011	Corguinho	BAP	12,69	Estadual	CERRADO
41	Cabeceira da Lagoa	2011	Corguinho	BAP	431,26	Estadual	CERRADO
42	Fazenda Santo Antônio Lote 1 C	2011	Eldorado	PARANÁ	3.877,68	Estadual	MATA ATLÂNTICA
43	Vale do Sol II	2011	Ribas do Rio Pardo	PARANÁ	500,61	Estadual	CERRADO
44	Santa Cecília	2011	Naviraí	PARANÁ	112,23	Estadual	MATA ATLÂNTICA
45	Fundão	2012	Costa Rica	PARANÁ	252,1948	Estadual	CERRADO
46	Reserva do Saci	2012	Bonito	BAP	178	Estadual	MATA ATLÂNTICA
47	Estância Mimosa	2013	Bonito	BAP	271,76	Estadual	CERRADO
48	Santa Angélica	2013	Rio Brilhante	PARANÁ	2.089,23	Estadual	MATA ATLÂNTICA
49	Pioneira do Rio Piquiri	2013	Corumbá	BAP	195,86	Estadual	PANTANAL
50	Trilhas do Sol	2013	Rio Negro	BAP	77,41	Estadual	CERRADO
51	RPPN CESP - CISALPINA	2016	Brasilândia	PARANÁ	3.837,00	Estadual	CERRADO

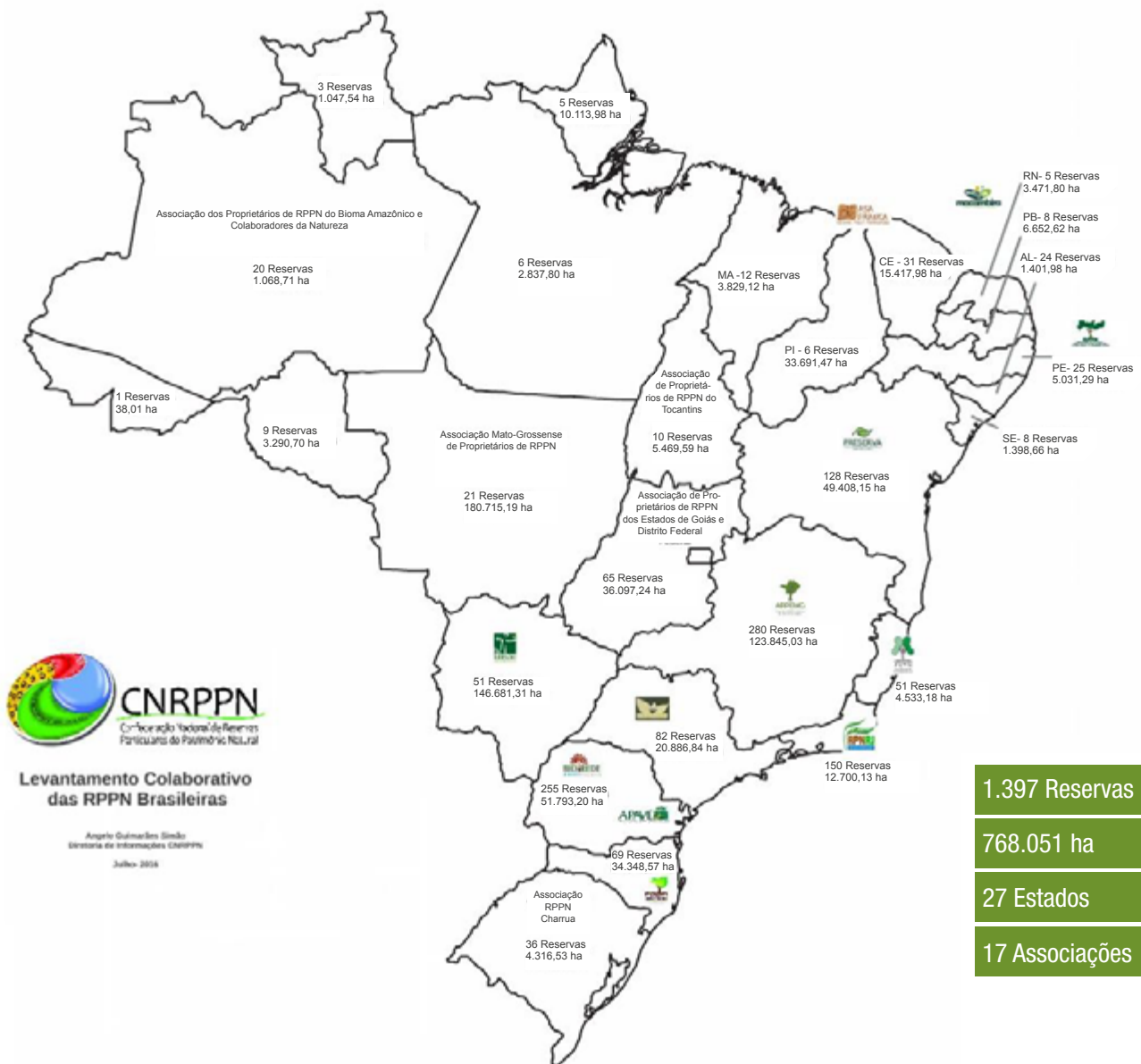
Total

146681,31 ha

A conservação do meio ambiente em terras particulares no Brasil

A Confederação Nacional de RPPN - CNRPPN foi criada em 2001, e tem focado o seu trabalho no apoio às associações, na divulgação, na valorização da categoria e no apoio a criação, gestão e manejo das RPPN, bem como, na busca pela promoção do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, as RPPN, somam atualmente 1.397 reservas criadas, cobrindo uma área total superior a 768.051 hectares. Atualmente existem 17 associações que em parceria com órgãos públicos e organizações simpatizantes da causa RPPNista orientam proprietários de terras particulares nos processos de criação, implementação e gestão de suas RPPN.



A conservação em terras particulares no Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul tem destaque no cenário nacional pela diversidade das atividades econômicas do setor do agronegócio. Porém, nos últimos anos, devido às belezas naturais e ao potencial turístico da região, a conservação da natureza também tem gerado bons exemplos.

O IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, vinculado à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, vem trabalhando na estruturação de um programa de reservas privadas por meio da Gerência de Unidade de Conservação - GUC.

Passo a Passo para criação de uma RPPN no MS

Cabe ao solicitante:

- Quem pode criar: pessoa física ou jurídica
- Tamanho: propriedade rural na sua totalidade ou parcialmente
- Documentos:

- I. Formulário de requerimento do órgão gestor;
- II. Documentos pessoais do proprietário do imóvel e cônjuge ou procurador, e quando pessoa jurídica, do representante legal;
- III. Prova de quitação dos últimos 5 anos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
- IV. Certificado de cadastro do imóvel rural - CCIR;
- V. Termo de Compromisso;
- VI. Título de domínio da propriedade, com a certidão comprobatória da matrícula e do registro do imóvel onde incidirá a RPPN, em nome do proprietário, acompanhada da cadeia dominial ininterrupta e válida desde a sua origem ou quinquenária.
- VII. Mapa cadastral do imóvel indicando os limites e a área da propriedade; da área proposta para RPPN e dos limites e área correspondente à reserva legal e de preservação permanente (APP), preferencialmente, georreferenciado.

Cabe ao órgão ambiental:

- I. Publicação no Diário Oficial do Estado de um aviso de consulta pública, indicando a intenção da criação da RPPN;
- II. Disponibilizar na página oficial da internet, um resumo da proposta com mapas de localização no Município e no Estado;
- III. Encaminhar ao representante do município de localização do imóvel resumo da proposta, contendo mapas de localização no Município e no Estado, informando a intenção de criar a RPPN;
- IV. Realizar a vistoria e emitir parecer
- V. Sendo deferida a proposta de criação da RPPN, o órgão ambiental competente encaminhará para formalização do ato de reconhecimento;
- VI. Publicação do ato de reconhecimento

O proprietário terá o prazo de 60 dias para proceder à averbação da RPPN na matrícula do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, encaminhando uma via de cópia autenticada ao órgão competente.

Resolução SEMA/MS nº 044. de 26 de maio de 2006



**Casos que inspiram
e motivam a conservação
e o ecoturismo**



RPPN Buraco das Araras

O Buraco das Araras é uma RPPN com 29 hectares, localizada no município de Jardim, na Fazenda Alegria. Foi criada em 2007 pelo senhor Modesto Sampaio. A reserva é um santuário das araras e é representativa do bioma Cerrado com vegetação formada por espécies como o angico-preto, sucupira-preta, pequi, araticum, entre outras.

O buraco que ali existe é resultado do solapamento do solo superficial devido à dissolução de rochas calcárias subterrâneas pela ação das águas subterrâneas. Com milhares de anos, a imensa depressão com paredes avermelhadas de 100 metros é rodeada por uma faixa de vegetação de Cerrado e abriga as grandes araras-vermelhas, azuis e canindés e diversas outras espécies da fauna. No fundo da depressão, um lago de cor verde, é habitado por jacarés-do-papo-amarelo.

Atualmente o buraco das araras é um dos principais atrativos de contemplação na região da Serra da Bodoquena, atraindo fotógrafos e observadores de aves (birdwatcher) do Brasil e do exterior, além de receber turistas e estudantes.



RPPN Dona Aracy

Com 5,6 mil hectares, localizada no município de Miranda, na Fazenda Caiman, de propriedade do senhor Roberto Luiz Leme Klabin. A reserva protege grande diversidade de habitats como cerradões, carandazais (florestas de carandás), cerrado baixo, vazantes, corixos, caapões e cordilheiras que oferecem abrigo à fauna e flora pantaneira. Situa-se entre os rios Miranda e Aquidauana e nela são desenvolvidas atividades que integram a conservação ambiental, a pesquisa, empreendimentos de pecuária e turismo no Pantanal.

A Estância Caiman desenvolve atividades de ecoturismo reconhecidas internacionalmente apresentando aos hóspedes do refúgio ecológico e às escolas da região excelente experiência sensorial e informativa sobre cultura, história e ambiente. O refúgio proporciona ao visitante um safari ecológico, o Onçafari, para observar de perto as onças-pintadas e outros animais silvestres monitorados por rádio-colar. Na RPPN são desenvolvidos ainda os projetos Arara Azul, Papagaio Verdadeiro e Caiman Reciclar, de pesquisa e educação ambiental.



RPPN Estância Mimosa

Localizada na Serra da Bodoquena, no município de Bonito, a Estância Mimosa pertencente à Agropecuária Rio da Prata Ltda. A fazenda tem área total de 422 hectares dos quais 66% formam a RPPN.

“Em todas as pesquisas sobre aspectos ambientais e sociais do atrativo que já fizemos com visitantes, sempre tivemos a resposta de que as pessoas se sentiram mais satisfeitas em saber que estavam em uma área protegida por uma reserva. É evidente o aumento de confiança na preservação, o compromisso ambiental e a grande satisfação que temos uma RPPN traz para nós e para nossos visitantes do mundo inteiro. Sem contar que é um instrumento para cobrarmos de nossos vizinhos e do poder público apoio na conservação das áreas de entorno da reserva.”

Luiza Spengler Coelho, Eng. Ambiental, Msc em Conservação de Recursos Hídricos - Gestora da RPPN Faz. Cabeceira do Prata e RPPN Estância Mimosa

A fazenda oferece atividades de ecoturismo com práticas de mínimo impacto, dando aos seus visitantes a oportunidade de contemplar aves nativas da região, em especial na área de preservação permanente do rio Mimoso. Os ecoturistas também desfrutam de cachoeiras e piscina naturais que existem ao longo de trilhas. A reserva foi criada para garantir a proteção das matas preservadas na bacia hidrográfica do rio da Prata fortemente fragilizada pelo desmatamento em áreas contíguas.



RPPN Fazenda Cabeceira do Prata

Conhecida como Recanto Ecológico Rio da Prata, a RPPN localiza-se na fazenda de mesmo nome, no município de Jardim, e é roteiro obrigatório do ecoturismo na Serra da Bodoquena. Em 2008 e 2009 foi eleita pelos leitores do Guia Quatro Rodas como a “Melhor Atração Turística do Brasil”. A RPPN também foi cenário natural de novelas televisivas como Alma Gêmea e Vida da Gente.

Desenvolvem-se programas de pesquisas e educação ambiental na reserva que recebe grupos escolares em trabalho de educação ambiental e tem reconhecida atuação para a recuperação e conservação do rio da Prata. Os passeios pelas trilhas são monitorados para evitar impactos ambientais e revelam a rica diversidade de espécies do cerrado peri-pantaneiro com influência da Mata Atlântica.

A RPPN Fazenda Cabeceira do Prata é de propriedade do senhor Eduardo Folley Coelho e possui 307,53 hectares destinados a preservar um admirável sistema de nascentes que incluem as do rio Olho d'Água, afluente do rio da Prata, com belezas singulares do Centro-Oeste do Brasil. A reserva é um dos mais importantes destinos ecoturísticos do Brasil.



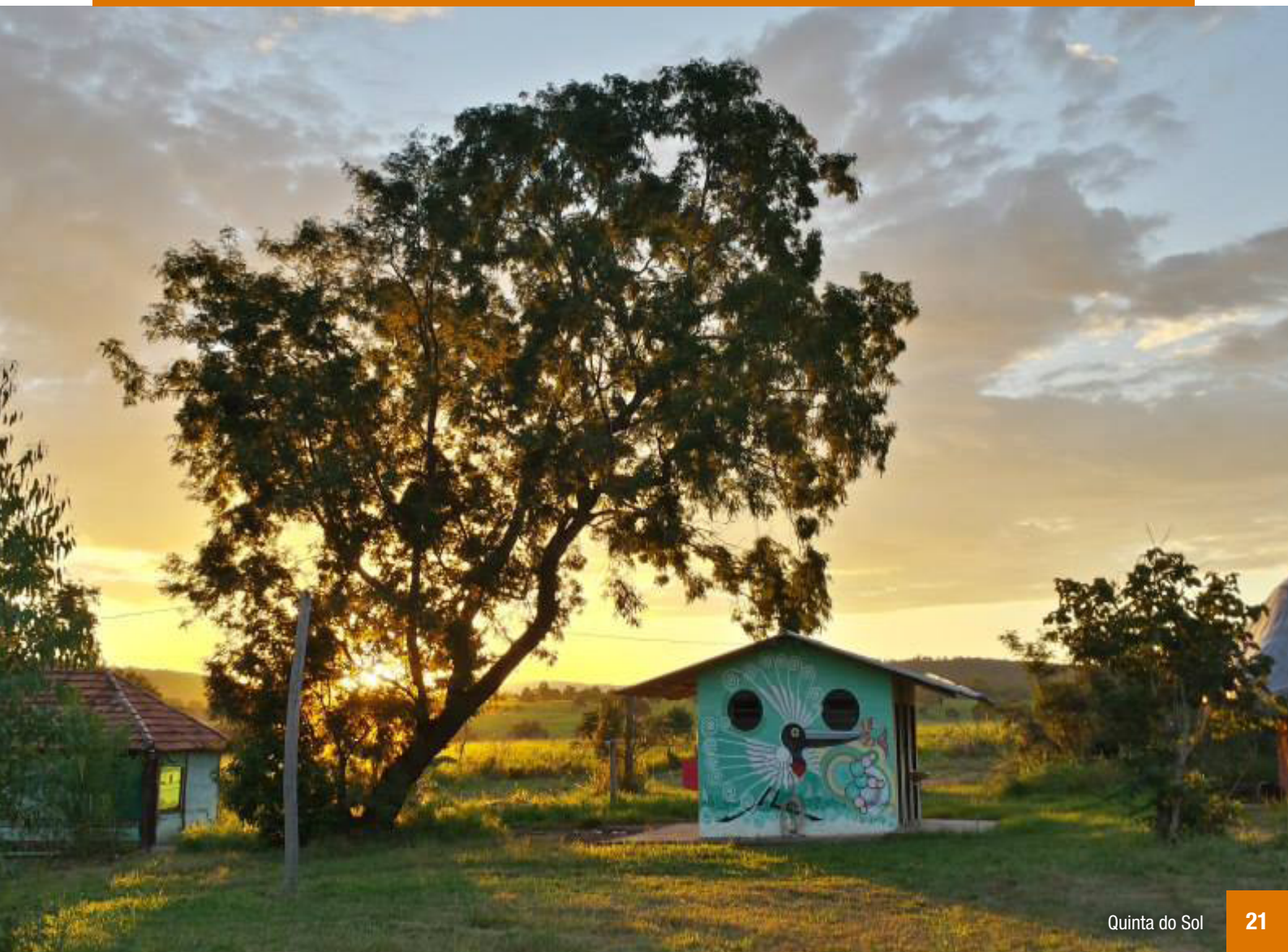
RPPN Estância Ambiental Quinta do Sol

De propriedade da senhora Maria do Carmo Andrade Santos, a RPPN Estância Ambiental Quinta do Sol localiza-se no distrito de Taboco, município de Corguinho, Mato Grosso do Sul. Tem 12,7 hectares com ambientes que foram reflorestados com espécies da flora nativa de Cerrado. No local, podem ser observadas técnicas de bioconstrução e permacultura.

Além da conservação da biodiversidade, a RPPN foi criada para ampliar ações de educação ambiental e pesquisa científica. Com ênfase em atividades práticas, a proprietária promove as atividades educativas por meio de cursos de ecologia e áreas correlatas, proporcionando a troca de experiência entre alunos e docentes de diversas instituições de ensino.

“A RPPN Quinta do Sol, no município de Corguinho foi criada com apoio do da REPAMS e tantas outras organizações que trabalham em prol do meio ambiente no MS. Atualmente a RPPN serve de base de um centro de experiências e troca de conhecimentos sobre sustentabilidade. Projetos de pesquisas, cursos com temas biológicos e conservacionista e espaço para estágios acontecem na RPPN.”

Maria do Carmo, bióloga e proprietária da RPPN Quinta do Sol.



Incentivos e motivações para o setor de RPPN

Conhecer as RPPN e as atividades nelas desenvolvidas nos faz refletir sobre a motivação e os incentivos que promovem sua criação e manutenção. A história do movimento das RPPN mostra que elas são criadas e mantidas, principalmente, graças á dedicação e empenho dos seus proprietários, pois os custos financeiros envolvidos são relativamente altos.

A atual legislação do setor e as políticas públicas, ainda que relativamente recentes, começam a reconhecer e valorizar os bens naturais e o papel de seus administradores e proprietários conservacionistas.

Apesar do reconhecimento e avanços legais, o maior desafio dos proprietários rurais conservacionistas é angariar meios para alcançar o ideal de sustentabilidade dessas reservas, por meio de editais e projetos de apoio à gestão e manutenção das RPPN, ou seja, na busca de incentivos ou compensações mais representativas.

a) Benefícios para o proprietário

O principal benefício para o proprietário rural é a isenção de imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) da área reconhecida como RPPN. Adicionalmente há a possibilidade de pagamento por serviços ecossistêmicos promovidos pela natureza como por exemplo à contribuição para a qualidade do ar que respiramos, a normalidade do regime de chuvas e os benefícios decorrentes da normal absorção, armazenamento e disponibilização da água para a regularização hídrica dos rios e produção dos alimentos que comemos e da madeira que utilizamos. Esses benefícios são chamados de Serviços Ambientais que, quando promovidos pelo homem por meio de suas ações de conservação e recuperação ambiental, podem ser valorados monetariamente e transacionados comercialmente.

Esta estrutura de apoio e incentivo ao proprietário de RPPN já é uma realidade nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e é composta por mecanismos legais para efetuar repasses financeiros aos proprietários das RPPN por meio de projetos de apoio.

b) Benefícios para o meio ambiente

Manutenção e conservação da biodiversidade; contribuição para uma rápida ampliação das áreas protegidas no país e a constituição de zonas-tampões no entorno de unidades de conservação e de corredores ecológicos.

c) Benefícios para a sociedade

Disponibilidade de diversidade biológica para presente e futuro aproveitamento pela sociedade; desenvolvimento de atividades científicas, de educação ambiental, ecoturismo e contemplação ambiental, incentivadas pelos benefícios tributários do ICMS ecológico aplicado no âmbito do município, da unidade de conservação e da conservação de amostras de ecossistemas para as gerações presentes e futuras.

Iniciativa de sucesso:

Associação de Proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul-REPAMS

A Associação de Proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul –REPAMS foi criada pelo esforço e engajamento de proprietários rurais que visualizaram a importância do fortalecimento desta categoria de área protegida no Estado de Mato Grosso do Sul, almejando o crescimento do número de RPPNs para promover maior proteção da biodiversidade e dos processos ecológicos existentes nos biomas Sul Mato-Grossenses.

A REPAMS é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, sem caráter político partidário, que tem como objetivos básicos, promover a preservação e conservação do meio ambiente, incentivando as RPPNs. Em sua estrutura administrativa existe uma Diretoria e um Conselho Fiscal eleitos e compostos por proprietários de RPPN e que executam os trabalhos da Associação de forma voluntária.

Missão Defender, preservar e conservar os recursos naturais, promovendo assim o desenvolvimento sustentável, e incrementando a criação, implantação e gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

- Objetivos**
- Promover o intercâmbio de informações entre proprietários de RPPN associadas e outras associações de proprietários de RPPN, o poder público e organizações não governamentais (ONG);
 - Promover a divulgação das reservas privadas de Mato Grosso do Sul, seus objetivos e suas atividades;
 - Apoiar as instituições públicas ou privadas na implementação de políticas voltadas para a conservação de reservas privadas;
 - Apoiar e identificar projetos que estimulem a criação de RPPN no estado e a manutenção das áreas já existentes buscando formas de sustentabilidade econômica para as RPPN;
 - Estimular e desenvolver estudos e pesquisas que contribuam para a missão institucional;
 - Produzir materiais didáticos e científicos sobre meio ambiente;
 - Realizar eventos de interesse dos proprietários de reservas particulares.

Atividades em favor das RPPN

Sensível a estes objetivos, a REPAMS procura dar orientações técnicas e econômicas aos proprietários que a procuram, priorizando sua participação em congressos, encontros e eventos relacionados às unidades de conservação. Além daqueles benefícios já estabelecidos para todo proprietário rural, como abertura e acompanhamento de processos de criação encaminhados aos órgãos ambientais, pesquisa a editais que fornecem apoio técnico e financeiro às RPPN, auxílio técnico na elaboração de projetos ambientais que visem à sustentabilidade da RPPN e participação nas discussões de políticas públicas que envolvem unidades de conservação.

Iniciativa de sucesso - REPAMS

Durante o período compreendido de 2003, ano de sua função, até meados de 2016, a REPAMS trabalhou em parceria com diversas instituições governamentais e não governamentais na execução de projetos voltados para as RPPN do Estado de Mato Grosso do Sul subsidiando projetos, despesas administrativas, fornecendo parcerias técnicas, contribuindo para a divulgação dos trabalhos executados pela Associação, bem como a realização das atividades propostas.



Programa de relacionamento com os proprietários de RPPN

Esse trabalho é desenvolvido com apoio direto ao proprietário rural, com RPPN ou não, quanto a esclarecimento e auxílio técnico sobre o processo de criação de uma RPPN, encaminhamento ao órgão ambiental e assessoria quanto a problemas relacionados à conservação ambiental da propriedade.

Por meio de materiais publicados pela associação, seu site e ações em prol das RPPN, a REPAMS conseguiu inúmeros progressos sobre a divulgação do tema para toda a região e até mesmo para outros estados brasileiros.

Também obteve alinhamento com os órgãos ambientais, principalmente o IMASUL, por meio da sua Gerência de Unidades de Conservação (GUC), alcançando importantes melhorias, como o trabalho em conjunto para criação das novas RPPN e na análise dos planos de manejo, em assuntos relacionados à compensação de reserva legal em área remanescentes florestais excedente.



Projetos:

“Programa de incentivo às RPPN do Pantanal”

(2005/2012)

e

“Programa de incentivo às RPPN da Mata Atlântica” (2009/2010)

O Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) do Pantanal foi criado em 2005 e baseado na experiência bem-sucedida das organizações não governamentais Conservation International CI-Brasil na Mata Atlântica e SOS Mata Atlântica, no apoio a projetos de criação e de sustentabilidade às RPPN daquele bioma. A conservação da biodiversidade da bacia do alto paraguai foi incentivada pelo programa de incentivo aos corredores “Serra de Maracaju – Negro” que corresponde a 2,5 milhões de hectares da bacia do Rio Negro e Miranda - Serra da Bodoquena, com aproximadamente 3,9 milhões de hectares, e distribui-se pela bacia dos rios Apa, Miranda e Nabileque.

O programa aprovou o desenvolvimento de proposta de criação, elaboração e aprovação de plano de manejo, cercamento da área de RPPN, aquisição de equipamentos de combate a incêndio, construção de viveiro para a recuperação de áreas nas propriedades, dentre outras.



“Programa Cerrado Pantanal do WWF-Brasil”

(2005/2016)

Apoio Institucional e Projeto FAPACE

O fortalecimento institucional da REPAMS sempre foi o objetivo dessa parceria, que subsidiou ações administrativas da associação bem como permitiu a participação em congressos ligados ao tema, como o Congresso Interamericano de Conservação em Terras Privadas, Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Congresso Brasileiro de RPPN, encontros regionais com outras associações para a troca de experiência entre instituições, e nos encontros de proprietários de RPPN de Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, o WWF-Brasil apoiou o desenvolvimento do projeto “Fundo de Apoio às RPPN do Pantanal e Cerrado - FAPACE”. A ideia do FAPACE começou em 2007, quando se identificou a necessidade de trabalhar pela sustentabilidade da associação e RPPN de Mato Grosso do Sul. O FAPACE objetiva ser um fundo de capitalização permanente gerido pela REPAMS em concordância com um comitê de avaliadores, onde se pretende arrecadar recursos financeiros de doação e investimentos de empresas e ONGs, para que, com os rendimentos gerados pela aplicação do recurso principal, fosse possível fazer lançamentos de editais que financiariam, por meio da submissão de propostas elaboradas pelos proprietários de RPPN, a elaboração e execução de projetos para garantir a sustentabilidade desta categoria de unidade de conservação no Mato Grosso do Sul.

Em agosto de 2011, foi realizada uma oficina participativa para elaboração do planejamento estratégico do FAPACE. Em 2012 o WWF-Brasil aportou recursos por meio do projeto denominado “Apoio a ações de fortalecimento Institucional da REPAMS e do FAPACE”. Um dos principais objetivos deste projeto foi dar continuidade às ações e ao planejamento estratégico para implementação do FAPACE.

Dentre as atividades realizadas para este objetivo estava realização de reuniões internas para análise e alinhamento do planejamento estratégico; contratação de consultoria para elaboração, registro e criação de papelaria, criação e desenvolvimento de website para o FAPACE.

Neste projeto também foram contemplados outros aportes para a associação, a fim de desenvolver atividades de aproximação entre a instituição e outras entidades do meio, bem como com proprietários rurais.

Atualmente este projeto vem sendo discutido nacionalmente pela Confederação de RPPN, visando ganhar escala na criação, gestão de RPPNs e ao mesmo tempo aumentar sua base de afiliados e apoiadores deste fundo.

Projeto

“BRPPN: Gerando Serviços Ambientais”

(2010/2012)

Nesse projeto, que foi iniciado em 2011 e teve duração de dois anos, foram realizados estudos de conservação das florestas em RPPN localizadas nos municípios de Corguinho, Aquidauana, Miranda, Bonito e Jardim, na bacia do Alto Paraguai no Mato Grosso do Sul.

As principais metas do projeto foram:

- Aplicação de metodologia complementar para avaliação de fixação e emissões evitadas de CO² em cinco RPPN dos biomas Pantanal e Cerrado;
- Identificação dos serviços ambientais de cada RPPN por meio de levantamentos em campo associados a dados disponíveis ao plano de manejo;
- Elaboração de plano de comunicação visando à redução de CO² e alternativas de pagamento por serviços ambiental; e
- Recuperação de áreas degradadas/alteradas em RPPN e em seu entorno direto.

Plano de comunicação institucional da REPAMS

Um dos objetivos estratégicos da REPAMS é a troca de informações entre proprietário de RPPN, poderes públicos e organizações da sociedade civil, além de divulgar a ideia estratégica de conservação por meio da criação e gestão de RPPN, através da elaboração e divulgação de materiais de comunicação. Em todos os seus planejamentos organizacionais, a organização desenvolveu um programa de comunicação institucional com apoio da WWF-Brasil e Conservação Internacional onde promoveu a produção e divulgação de matérias institucionais.



Planejamento estratégico e plano de sustentabilidade da REPAMS

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que utiliza metodologias apropriadas, estimulando o pensamento estratégico nas organizações. Existem várias correntes de elaboração, sendo que todas tendem para um ponto comum: a projeção futura da organização a partir do entendimento do seu momento atual.

Pensando nisso em 2006 a REPAMS realizou a primeira reunião de planejamento estratégico participativo. Essa etapa possibilitou à associação a posicionar-se corretamente diante as situações relacionadas aos seu ambiente externo e interno, para uma perspectiva de futuro. O plano foi desenhado para um horizonte de dois anos (2006 a 2008).

Em 2009 foi revisitado e as atividades foram lembradas, internalizadas e novamente redesenhadas para um horizonte de três anos (2009 a 2011). Após este período a organização sentiu a necessidade da elaboração de algo mais amplo, culminando no plano de sustentabilidade elaborado em 2011 e plano de marketing em 2012.



Conclusão: o passado, os resultados multiplicados e os desafios para o futuro

Todas as ações desenvolvidas pela REPAMS confirmam a importância dessa instituição já que, os benefícios gerados pela mesma, permitiram conhecer quais atividades, projetos e reais necessidades cada RPPN exigem tanto no fornecimento de subsídios para o planejamento de projetos institucionais quanto estruturais para associação e as RPPN de Mato Grosso do Sul.

Se os governos têm dificuldades para captar e alocar recursos necessários à consolidação das suas unidades de conservação, o desafio não é menor para aquele cidadão que destinam parte de sua propriedade em RPPN. É neste contexto que continuam as buscas e a soma de esforços para a captação e manutenção de estratégias para a sustentabilidade da conservação em áreas protegidas.

Com 15 anos de existência, a REPAMS conseguiu apoio técnico e financeiro onde foi possível estimular proprietários rurais a instituírem reservas privadas, consequentemente ampliar e desenvolver atividades tais como ecoturismo, educação ambiental e pesquisa, com intuito de fortalecer esta categoria de unidades de conservação.

Atualmente transita no congresso o projeto de Lei 1548/15. No ponto de vista do movimento RPPNista, o principal ponto deste instrumento é corrigir a distorção contida na legislação atual que integrou, de maneira equivocada, a categoria RPPN ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como unidade de uso sustentável, quando na verdade, devido a um veto presidencial, as atividades permitidas nas RPPN às classificam como de proteção integral.



Referências Bibliográficas

MATO GROSSO DO SUL, Lei Estadual 3.839 Institui o Programa de Gestão Territorial de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZE-E;MS), e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2009.

SILVA, M. ; ISHY, A. ; SABINO, J. . Diamantes Verdes - Reservas naturais do Mato Grosso do Sul. 1. ed. Campo Grande, MS : Natureza em Foco, 2012. v. 1. 145p

AYRES, D.V.G.; SANTOS, C. C. Proteger o que? E como? Revista Ciência Pantanal V. 02 , Campo Grande, MS, 2016

AYRES, D.V.G.; SANTOS, C. C. Diagnóstico das Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul. Relatório Técnico, Campo Grande, MS, 2015

Medeiros,R; Young, C.E.F., Pavese, H.B. e Araujo, F.F.S. 2011. Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC. 44p.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.320, de 22 de agosto de 2002. 2 Ed. Aum. Brasília: MMA/SBF. Ferreira, L.M., Castro, R.G.S., Carvalho, S.H.C. 2004. Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Brasília, IBAMA. 96p.

Nagel, Cornelia Cristina. 2005. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) como instrumento para a conservação da biodiversidade no Estado de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado. Maringá/PR. 76p.

Contatos

REPAMS – Associação de RPPNs do MS

repams.org.br

Av. Mato Grosso 1836 SL 23

Campo Grande - MS • CEP: 79020-201 • Brasil

+55 67 3025 7462

+55 67 9845 5957

WWF-Brasil – Escritório regional de Campo Grande/MS

wwf.org.br

Rua Padre Joao Crippa, 766

Campo Grande - MS • CEP: 79002-380 • Brasil

+55 67 3025 1112

+55 67 3042 3386

